

Quanto ao ajuste interno do governo, o que disse sobre ele o assessor especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luís Gonzaga Belluzzo, que, aliás, também concorda com a necessidade de se adotar um elenco de medidas semelhantes às que enumeramos acima para acertar o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, é altamente animador (apesar dos altamente desanimadores desmentidos de Sayad). Se o que ele — Belluzzo — sugere como “necessidades urgentes” para conter o explosivo déficit governamental for realmente feito, aí, sim, teremos um verdadeiro plano econômico, e não uma seqüência de atos improvisados pelas autoridades econômicas como esta a que se insiste em chamar de “Plano Cruzado”. O que Belluzzo sugere é um processo de privatização de empresas estatais “para valer”, um corte profundo nos gastos do governo, começando pela eliminação dos subsídios como os que são dados ao trigo, passando pela redução dos incentivos fiscais e se concentrando, principalmente, na redução das verbas de custeio. Neste ponto, o assessor da Fazenda insistiu, perigosamente, no entanto, numa cuidadosa e dúbia linguagem política. Ele disse que, neste aspecto, o papel da reforma administrativa será muito importante, esperando-se dela o enxugamento de órgãos e o “remanejamento” de funcionários. Ora, como diz o humorista da televisão, “é aí que mora o perigo”. Se insistir em temporizar neste ponto, o governo estará pondo tudo a perder. O que poderá conseguir cortando subsídios e reduzindo incentivos fiscais são quantias facilmente mensuráveis, e ele já sabe que não são suficientes para promover o ajuste necessário. O único caminho que lhe permitirá ir até onde precisa ir é o corte de custeio, o que significa, em português claro, o corte de pessoal. Não é preciso dizer que existem todas as condições políticas e todas as justificativas necessárias para promovê-lo. É do conhecimento de todos os brasileiros a existência de centenas de milhares de funcionários ociosos recebendo salários do governo. O próprio governo admite oficialmente a existência de pelo menos meio milhão de parasitas absolutos em suas folhas de pagamento. Obviamente, entre os contribuintes não existe ninguém que apóie a continuação deste estado de coisas. Só mesmo os partidários do “quanto pior, melhor” ou os próprios beneficiários desses privilégios defendem a continuação deste escândalo. Bem apresentada, bem “vendida” à opinião pública, portanto, a decisão de acabar com esta rede de privilégios seria aplaudida pela esmagadora maioria dos brasileiros.

Por outro lado, nunca houve um momento tão propício para um corte de pessoal (despesas de custeio) quanto este em que ainda perdura o maior dos efeitos positivos do Plano Cruzado, que é o pleno emprego e, até, a crise de mão-de-obra que se verifica em todo o Brasil. Assim, por maior que fosse o número de funcionários ociosos retirados das costas dos contribuintes brasileiros e dispensados pelos órgãos do governo, nenhum deles ficaria desempregado por muito tempo, se quisesse, realmente, trabalhar. Não existe, portanto, o grande empecilho para os cortes desse tipo, que é a perspectiva de aumento das taxas de desemprego e a conseqüente efervescência social que isso provoca.

Assim, como se vê, o governo tem, mais uma vez, a faca e o queijo na mão para fazer o que é preciso fazer. Trata-se, porém, de um governo internamente conflagrado, como mostra a ira do sr. Sayad com as declarações do sr. Belluzzo. O que nos faz temer que desperdice, como fez depois de 28 de fevereiro, mais esta oportunidade. Isso seria lastimável, porque as condições favoráveis com que conta agora não durarão para sempre. Talvez não durem nem mesmo até o momento em que o presidente Sarney decidir quem vai prevalecer: a turma da Fazenda ou a turma da Sepplan.

O governo, outra vez, com a faca e o queijo na mão.

*Econômico.
Brasil*

Desde que o ministro Dilson Funaro deu o primeiro sinal de que o bom senso não estava completamente morto nos círculos governamentais, e de que a realidade ainda influa em suas decisões, determinando a primeira desvalorização do cruzado em relação ao dólar, mu-

dou totalmente o ambiente neste país. Um novo sopro de ânimo enfunou as velas da economia nacional e todos os indicadores passaram a reagir positivamente, com destaque especial para a inflexão da vertiginosa curva descendente em que iam despencando os índices das bolsas de valores.

"Cruzado II", "novo pacote", "correção de rumos", seja qual for o nome que se queira dar — e a despeito de desmentidos oficiais —, o fato é que existe um consenso nacional, dentro e fora do governo e nos mais diferentes círculos de "escolas" econômicas, sobre a necessidade urgente de que se comecem a adotar algumas medidas para salvar aquilo que foi batizado de "Plano Cruzado". Todas as vozes que o desânimo vinha calando voltaram a se manifestar, e o que se verifica é que nos mais diferentes círculos literalmente todos os brasileiros concordam também sobre o gênero de medidas que devem ser adotadas, persistindo as divergências apenas sobre a extensão e a profundidade que estas medidas devem ter. E todos estão de acordo sobre este ponto porque todos estão de acordo também sobre o diagnóstico dos males advindos para a economia brasileira do congelamento dos preços sem o correspondente congelamento dos salários (embora ninguém esteja pleiteando o descongelamento geral puro e simples) e sem o necessário corte nas despesas governamentais.

Está claro para todo mundo que o desequilíbrio entre a demanda e a oferta é o mal maior, na medida em que ameaça desencadear um novo surto inflacionário, e que o principal complicador deste problema é o "gatilho salarial" que devemos às ambições políticas do sr. Almir Pazzianotto. Outro fator que pressiona a inflação para cima — e sobre este também existe um consenso nacional — são os gastos do governo, o déficit público.

Ora, para resolver o problema do desequilíbrio entre a oferta e a demanda, só existem dois caminhos óbvios: aumentar a oferta — o que significa fazer novos e maciços investimentos que o País não tem condições objetivas de fazer neste momento, nem tempo para esperar os seus resultados — ou reduzir a demanda, por meio do incentivo à poupança, coisa que se pode conseguir em tempo hábil, por meio do acréscimo da carga fiscal, ou por meio de ambos, simultaneamente. Em suas declarações mais recentes, o governo afirma rejeitar este último caminho. Lógico. Seria pura blasfêmia brandir um aumento de impostos nas vésperas de uma eleição. Mas o fato é que a carga fiscal já foi aumentada pelo "pacote" que precedeu o anúncio do Plano Cruzado, sendo que estes aumentos passarão a ser sentidos pelos contribuintes a partir do próximo exercício.

Quanto ao aumento da oferta, há um único caminho que o governo ainda não explorou em toda a sua potencialidade, que é o caminho da atração de investidores externos. Nesta altura, vale registrar o discurso que o presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, fez quinta-feira passada na abertura da IV Convenção Nacional da Assobrav (Associação Brasileira de Distribuidores VW). Esse discurso foi, em primeiro lugar, uma oportuna lição para os empresários brasileiros. Se ao menos uma parte deles tivesse tido a coragem, desde os primeiros sinais da morte do bom senso entre nossos governantes, de dizer com a mesma clareza e coragem com que disse o sr. Sauer aquilo que todos os homens que trabalham para criar riqueza neste país têm vontade de dizer ao governo, talvez esta situação não tivesse ido tão longe. Se não for possível fazer mais no momento, bastava que o governo atendesse à justa reivindicação de promover reajustes em alguns preços, como, por exemplo, os da indústria automobilística, para que isso fosse entendido pela comunidade dos investidores internacionais como um sinal positivo, capaz de inverter a já alarmante tendência do capital estrangeiro de fugir do Brasil. Esta situação vem trazendo graves reflexos para os níveis de investimentos estrangeiros no Brasil — que neste momento estão literalmente a zero — e para as nossas reservas de moedas fortes, fator que é capaz de comprometer toda a estratégia de equacionamento da nossa dívida externa (este ano vamos perder 1,5 bilhão de dólares em nossas reservas, e prevê-se uma perda pelo menos igual a esta para o próximo exercício, caso nada seja feito para corrigir o rumo em que vão as coisas).